

## (RE)PENSANDO O PROTAGONISMO ORIGINÁRIO NA OBRA “FALAS DA TERRA, 2021”

Rafaela Oliveira Areal<sup>1</sup>  
Ana Laura de Moraes Uba e Barbosa<sup>2</sup>

FALAS DA TERRA. Direção: Antônia Prado. Brasil: Globoplay, 2021. (43 min.).

Vinte e um entrevistados autodeclarados indígenas compartilham suas trajetórias e sonhos no documentário “Falas da Terra”, 2021, financiado pela emissora Rede Globo. A produção conta com um grupo de profissionais renomados, com direção artística de Antonia Prado, produção indígena de Olinda Tupinambá e orientação de Ailton Krenak e Ziel Karapató. O roteiro de Malu Vergueiro busca, através do cinema, trazer poesia com as memórias e vistas do futuro dos vários corpos que formam nossa população indígena.

Com o objetivo bem sucedido de ampliar o conhecimento popular sobre os povos originários, somado à demanda da emissora de um perfil mais inclusivo e o movimento acentuado contra a PEC do Marco Temporal<sup>3</sup> cada sujeito entrevistado contextualiza seu papel na atual luta dos Povos Originários, com toda sua pluralidade de origem e história do presente, afirmando conexão no movimento de visibilidade e ao mesmo tempo mostrado a multiplicidade de suas demandas e existências que formam uma luta multilateral e transtemporal. Ao estabelecer o discurso para além dos “guardiões da floresta” ou “anciões”, o documentário de Antônia Prado “Falas do Brasil” rompe o estereótipo étnico, incluindo também digitais influencers, médicos, entre outros sujeitos sociais modernos. Para o jornalista Oscar Valporto (2021), em reportagem digital

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de História na Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop). Voluntária no Projeto de Extensão (RE)Pensa Humanidade: plataforma educacional à descolonização e suspensão desta humanidade, colaboradora do setor de Etnomídia. Email: rafaelaufop@gmail.com.

<sup>2</sup> Graduada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop). Acadêmica de mestrado no Programa de Pós-graduação em História da Ufop (PPGHIS/Ufop). Coorientadora do Projeto de Extensão (RE)Pensa Humanidade: plataforma educacional à descolonização e suspensão desta humanidade. E-mail: analaurauba@me.com

<sup>3</sup> A PEC do Marco Temporal de autoria de Homero Pereira (PR/MT), PL 490/2007, surgiu a partir da demanda do setor ruralista pelo uso das terras atribuídas aos povos originários na Constituição Brasileira de 1988. A PEC cumina na legitimização da violência às populações indígenas e restringe seus territórios.

analítica do documentário “Vai soar como um grito neste momento de violência verbal e institucional sistemática contra os povos originários, contra os povos indígenas”.

O resultado da produção foi fantástico, pois além de contar com protagonismos originários, levou a massa popular a acessar, ainda que minimamente, outra imagem de sujeitos autodeclarados indígenas no Brasil e suas pluralidades enquanto seres sociais, íntimos e coletivos, distanciados de serem apenas situados a partir do seu marco cultural, mas se destacando pelo desenvolvimento de suas performances de lideranças e, sobretudo, pelo sucesso em sua atuação profissional.

Além dos entrevistados, a produção audiovisual do longa de 43 minutos conta com o artista visual Ziel Karapató, a documentarista e jornalista Olinda Tupinambá, a cineasta Graciela Guarani e o cineasta Alberto Alvarez, todos autodeclarados indígenas. Apesar da direção artística, supervisão e roteiro estarem com a emissora, Krenak afirma que houve muito debate e uma participação ativa dos indígenas envolvidos. Esse debate foi imprescindível para a adesão de indígenas urbanos, que estão na faculdade, e ocupando espaços onde o senso comum ainda não acredita que os caiba.

O povo brasileiro ainda desconhece os povos originários do Brasil. São mais de trezentos povos com duzentas línguas distintas, dos quais o senso comum tem pouco ou nenhum acesso. O documentário “Falas do Brasil”, assim como outros realizados pela Rede Globo, como “Falas Negras” e “Falas Femininas”, abre caminhos à conscientização social, com mais diversidade, pois visibiliza produções que possuem preocupação com a realidade e vivências de sujeitos subalternizados. Ainda que superficial e em um horário não nobre, o acesso ao longa é livre nas redes digitais da Globo e merece destaque por ser histórico: “O mais importante é que teremos vozes indígenas, falando de temas indígenas, de um ponto de vista indígena: acho que isso é histórico mesmo” (SANCHEZ, 2019), aponta Fêtxawewe Tapuya Guajajara, universitário e personalidade indígena entrevistado no documentário.

## **TRAJETÓRIA DA IMAGÉTICA INDÍGENA E IMPORTÂNCIA DO AUDIOVISUAL**

Quando refletimos a imagética do indígena brasileiro no então senso comum, é possível abordar grandes problematizações que majoritariamente se projetam ao sujeito indígena pela sociedade brasileira, organização científica “clássica” e projetos políticos nacionalistas.

Uma pesquisa<sup>4</sup> realizada entre 1999 e 2005 pela professora Izabel Gobbi com os materiais didáticos do MEC constatou que as diretrizes curriculares enfatizam a participação do indígena no início da história do Brasil, sempre atrelada à chegada dos Portugueses e à docilização de seus corpos. Na teoria, o indígena brasileiro só existe na História do Brasil atrelado aos Portugueses. Para além do currículo escolar, o senso comum também não é capaz de formar um conhecimento genuíno sobre a temática. Trabalhos pictóricos realizados por Maria Victoria Granero em 1983 - revelam que, no imaginário das crianças brasileiras, os indígenas brasileiros se aproximam - fisicamente e culturalmente - com os da América do Norte, reforçando a homogeneidade desses grupos como se o sujeito "índio" fosse único em qualquer localização. Logo, o lugar-comum do "índio" é determinado pelo caráter "primitivo", ou "não-civilizado" de um povo. Na prática, os povos originários são detentores de um conhecimento já perdido pela civilização ocidental. Eles, com suas tradições, entendem a vida de forma integral a todos os seres e não buscam reduzi-la ao que é linear, fixo e independente.

O projeto de história nacional do Brasil precisou ser homogêneo, na tentativa de organizar o passado de acordo com interesses nacionalistas de progresso. Nesse sentido, o Instituto Geográfico Brasileiro considerou, desde 1838, a população étnica indígena como "desaparecendo", termo este que é um dos grande implicadores do apagamento histórico e do descaso do senso comum com as etnias nativas. Seguido da primeira fase indianista do romantismo e das teorias raciais da década de 1940, o país constrói a então homogênea imagética do "índio" que protege a floresta, fala "errado", não gosta de trabalhar e não ocupa nenhum espaço social além daquele. Esses são alguns dos eventos que promoveram a retirada do lugar do indígena enquanto sujeito histórico, estabelecendo um cruel não-lugar no passado para esta população.

O audiovisual é uma ferramenta poderosa que consegue romper com as barreiras do senso comum. O cinema, pela sua característica altamente imersiva, tem a capacidade de tocar, de criar empatia e de trazer à tona reflexões mais palpáveis em sala de aula. Além disso, a relação dos povos originários com a tradição oral é bem resolvida com o audiovisual. A pauta identitária, vislumbrada também por outras lutas, sugere que "te amo porque te vejo". É importante ao indígena se ver bem representado nos filmes, visto que estes são produtos sociais que disseminam discursos e atribuem valores à memória coletiva.

Logo, é extremamente importante a criação de longas fidedignos, científicos, acadêmicos, que projetam roteiros narrativos de qualidade. O cinema, enquanto produto cultural, deve ser

---

<sup>4</sup> O ESTADO DE SÃO PAULO, 19 de maio de 1983, p.18

pensado também para a aprendizagem. Os filmes podem ser transformados em material didático quando seguem o propósito do ensino, conforme determinado na Lei 13.006/2014, que acrescenta o §8º ao Art. 26 da Lei nº 9.394/1996, que estabelece diretrizes e bases da educação nacional: “A exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, 2 (duas) horas mensais” (BRASIL, 2014).

Entretanto, os longas de temática indígena tradicionais brasileiros fogem dessa lógica e caem em uma infeliz estereotipação. Essas delimitações e padronizações acerca do tema configuraram o senso comum brasileiro de forma tão intrínseca que hoje é necessário um projeto educacional responsável para alterar tais eventos. Filmes como “O Guarani” (1996) de Norma Bengell; “Caramuru, a invenção do Brasil” (2001) de Gael Arraes; e até mesmo a animação “Uma História de Amor e Fúria” (2012) de Luiz Bolognesi, no qual os indígenas aparecem no início da colonização e desaparecem conforme a história progride, contribuíram para a desinformação e a criação de uma figura quase que folclórica, que quando não é infantilizada e tratada como “primitiva”, é considerada “atrasada” e bárbara.

Visto que o cinema é um importante material didático defendido por lei, urge a necessidade de melhoria dessa ferramenta de ensino e de filmes fidedignos à realidade dos povos originários.

## **OPINIÃO CINEMATOGRAFICA**

As belas imagens da Amazônia e os takes em primeiro plano dos entrevistados, junto aos áudios do povo Mapuche, garantem a imersão cinematográfica. O documentário foi pensado com sensibilidade por pessoas que entendem ou fazem parte dessa luta. A produção acertou ao apresentar a diversidade e o indígena contemporâneo social, havendo a ruptura do padrão do indígena quase folclórico que aprendemos no ensino básico e reproduzimos em nossos filmes, na história nacional.

Entretanto, o documentário acaba sendo raso, principalmente quando os entrevistados esbanjam frases de efeito e somem da tela. Acredito que seriam mais felizes se o filme tivesse sido o episódio piloto de uma série, onde os próximos exibiriam a vida dos vinte e um entrevistado. A sensação que fica, quando acaba o documentário, é da rede Globo afirmando que “fez sua parte na temática diversidade”. Por fim, o indígena transcende o tempo e não está preso no tempo pretérito. Ele é um ser social e a conscientização disso é o que pode alterar nossa relação com a natureza e

impedir o genocídio de nossos povos originários e de nossa maior riqueza, que é a Amazônia. “É uma orientação que pode ser pensada como mágica, mas, na verdade, é nosso modo de vida. É uma forma de preservar nossa integridade, nossa ligação cósmica. [...] Andamos em constelação” escreve Ailton Krenak (2020). O documentário é importante para iniciar este debate de forma elementar, podendo ser facilmente encontrado de forma gratuita na rede de streaming Globo Play.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. LEI 13.006 de 26 de junho de 2014. Acrescenta § 8º ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 jun. 2014.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SANCHEZ, Laís Alves. **Ensino de história indígena através do cinema**: uma experiência pedagógica. 1 ed. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

VALPORTO, Oscar. **Indígenas mostram na TV diversidade dos guardiões da floresta**. #Colabora, 2021. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods16/indigenas-mostram-na-tv-diversidade-dos-guardioes-da-floresta/>. Acesso em: 21/05/2022.

**Enviado em: 10/07/2022**  
**Aceito em: 08/02/2023**